

Conclusão

Vimos nesta unidade de que maneira a linguagem está localizada na mente humana ao lado de outros sistemas cognitivos da nossa espécie. Aprendemos que a função da linguagem é gerar representações de som e de significado que possam servir o nosso sistema de pensamento, na tarefa de lidar com conceitos e o nosso sistema sensorio-motor, na tarefa de expressar representações para outras pessoas. Entendemos, ao longo das seções da unidade, que a estrutura da linguagem é o conjunto Léxico, Sistema Computacional, Forma Fonética (e sua interface) Forma Lógica (e sua interface), ao passo que o funcionamento da linguagem são as interações entre esses componentes, as quais criam representações linguísticas por meio de derivações computacionais. Em nossas ilustrações, usamos sempre exemplos do português, mas não se esqueça de que a arquitetura da linguagem, com todos os componentes e operações que aprendemos, é um atributo da espécie humana. Dessa forma, tudo o que dissemos descreve a estrutura e o funcionamento de todas as línguas naturais existentes e possíveis. Tenha sempre em sua mente esta arquitetura cognitiva da linguagem e suas interfaces. Vamos explorá-la muitas vezes ao longo das demais unidades de nosso curso.

Exercícios

- 1) O que significa dizer que a linguagem humana relaciona sistematicamente uma forma π a um conteúdo λ ?
- 2) O que, no estudo cognitivo da linguagem, devemos compreender por “inter-faces”? Quais são as interfaces da linguagem?
- 3) O que você entende pelo Princípio da Interpretação Plena?
- 4) Qual é a diferença entre representação e derivação?
- 5) Quais são os componentes da linguagem humana? Como esses componentes interagem na geração de representações linguísticas?
- 6) Caracterize o Léxico como componente da linguagem humana.
- 7) O que se deve entender por Sistema Computacional da linguagem humana?
- 8) Qual é a função de FF e FL na arquitetura da linguagem?

UNIDADE 7

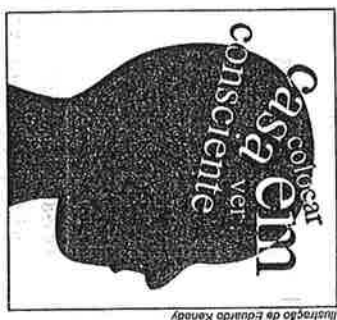
Léxico e computações lexicais

Desde, pelo menos, as lições de Saussure no início do século XX, o léxico de uma língua vem sendo interpretado pelos linguistas como o repositório das irregularidades e das idiosincrasias da linguagem. Essa interpretação assume que o léxico opõe-se à gramática de uma língua porque, diferentemente dessa, não é um sistema gerativo, ou seja, não é criado ou dedutível por meio de princípios e/ou regras. De fato, como ensinou o mestre de Genebra, os falantes de uma língua natural devem memorizar, sem recurso a qualquer tipo de algoritmo mental, a convenção sociocultural que determina a associação entre dado conjunto de sons e certo significado. Por exemplo, pense num item lexical como “casa”. Você e todos os falantes de português sabemos que o som [kaza] deve ser associado ao significado [tipo de moradia] e sabemos disso em função de ser essa uma convenção arbitrária tacitamente assumida entre nós, algo que simplesmente acontece e não pode ser adquirido ou descrito por meio de regras computacionais.

Diante disso, você poderia perguntar: quer dizer, então, que o léxico das línguas é um caos, uma terra de ninguém e sobre ele não se pode fazer estudo científico? Interessantemente, a resposta para essa pergunta é **não**. As informações conceituais e linguísticas que são armazenadas no léxico de uma língua, ainda que sejam arbitrariamente criadas, encontram-se organizadas na mente humana de maneira sistemática e coerente. É essa organização que permite, por um lado, que o léxico seja adquirido pela criança já nos seus primeiros anos de vida e, por outro, permite que ele seja acessado e usado pelos adultos no uso cotidiano da linguagem. Afinal, pense bem, se o léxico fosse o caos, como poderíamos tê-lo aprendido na infância? Como seríamos capazes de usá-lo todos os dias durante nossa vida adulta?

Se o léxico possui uma organização lógica, cabe então à linguística procurar desvendá-la. É exatamente essa estrutura escondida sob as arbitrariedades dos itens lexicais que começaremos agora a lhe apresentar. Aprenderemos de que maneira o léxico das línguas naturais é descrito pelos gerativistas como um componente da cognição humana. Veremos que o Léxico — com “L” maiúsculo — tem o sentido de *léxico mental*. Ele é um componente da língua-I. É o conjunto das informações sobre morfemas, palavras e expressões que se encontram estocadas na mente humana e são acessadas pelo Sistema Computacional durante a derivação de representações linguísticas.

Figura 7.1: Na linguística gerativa, Léxico quer dizer *léxico mental*.



Nesta unidade, analisaremos como se dão, numa língua-L, as relações entre Léxico e Sistema Computacional. Apresentaremos a maneira pela qual a teoria linguística contemporânea vem compreendendo (1) a natureza das informações que são representadas no Léxico, (2) como tais informações se tomam visíveis; descrevem o conjunto das computações lexicais. Aprenderemos aqui as noções fundamentais sobre traços lexicais e estrutura argumental, bem como estudaremos os conceitos de grade temática e de subcategorias verbais. Ao longo da unidade, manteremos em foco as informações de natureza lexical de morfemas, palavras e expressões idiomáticas. A *dimensão funcional e gramatical* do Léxico será abordada somente nas unidades 8 e 9 de nosso curso, quando estudaremos a dinâmica de funcionamento do Sistema Computacional.

A oposição entre "lexical *versus* funcional/gramatical" é clássica na linguística. As categorias lexicais possuem referência no mundo biossocial, são abertas e numerosas, ao passo que categorias funcionais possuem valor puramente gramatical (e não referencial), são fechadas e pouco numerosas. Substantivos e verbos são exemplos de categorias lexicais, enquanto flexões e artigos são bons exemplos de categorias funcionais. Por "aberta", entendemos a categoria lexical que é passível de criação eventual de novas unidades, por oposição às classes "fechadas", que raramente apresentam criação de itens novos.

Se você já entendeu que passaremos agora a estudar a maneira pela qual o Léxico está organizado em nossas mentes e como dele fazemos uso para construir expressões linguísticas complexas como as frases, então podemos dar início à unidade. Vamos prosseguir com nossa incursão sobre a estrutura e o funcionamento da linguagem na arquitetura cognitiva humana.

Traços do Léxico

Conforme vimos rapidamente na unidade 6 de nosso curso, os valores e as informações que se encontram codificadas no Léxico de uma língua são chamados de *traços* (*features*, em inglês). Dessa forma, dizemos que cada item do Léxico é, na verdade, um composto de traços. Relembremos que são três os tipos de traços lexicais: traços semânticos, traços fonológicos e traços formais.

O termo *traço* refere-se ao conjunto de informações que estão codificadas num item lexical qualquer. Por exemplo, uma palavra como "casa" possui, dentre outros, o traço [feminino] especificando o seu gênero, o traço [3ª pessoal] que especifica sua posição no discurso e o traço [singular] que caracteriza o seu número gramatical. São muitos os traços linguísticos que compõem um item lexical simples – como "casa" ou qualquer outro. Os traços a serem estudados nesta unidade são apenas alguns dos muitos existentes.

Neste curso, já aprendemos que a linguagem humana relaciona-se com os sistemas cognitivos que com ela fazem interface direta: os sistemas de pensamento e sensorio-motores. Com base nisso, podemos entender que os *traços semânticos* presentes num item lexical são aqueles que estabelecem relações entre a língua e o sistema conceitual-intencional, já que é a partir deles que as expressões linguísticas se tomam interpretáveis, assumindo certo significado e dado valor referencial no discurso. Por sua vez, os *traços fonológicos* de uma unidade do léxico estabelecem relações entre a língua e o sistema articulatório-perceptual, tornando possível que os itens do léxico sejam manipulados pelo aparato sensorio-motor humano e, assim, assumam certa articulação e certa percepção física. Quando dissermos que o som [kaza] veicula, em português, o valor de [tipo de moradia], fazíamos alusão exatamente aos traços do item lexical "casa": seus traços fonológicos e seus traços semânticos, os quais são associados entre si de maneira arbitrária – tal como nos ensinou Saussure.

Por fim, e para além do que aprendemos no *Curso de Linguística Geral*, de Saussure, o léxico é composto também por *traços formais*. Conforme aprendemos com Chomsky (1995, 2007, 2011), traços formais são aqueles que, no funcionamento da cognição linguística humana, codificam informações a serem acessadas e usadas pelo Sistema Computacional da linguagem humana, em sua função de prover as interfaces linguísticas com sintagmas e sentenças.

Os traços formais orientam o Sistema Computacional a respeito das relações sintáticas que um dado item lexical deve estabelecer com outros itens no interior da sentença em que venha a ser inserido. Por exemplo, são os traços formais que instruem o Sistema Computacional a processar três tipos de operação: (1) atribuir uma posição linear na sentença a certo item do léxico, (2) estabelecer um conjunto

Vejam nas seções seguintes quais são os principais traços formais existentes no Léxico de uma língua. Vejamos também de que maneira o Sistema Computacional da linguagem humana acessa e usa essas informações lexicais em sua tarefa de criar sintagmas e frases para servir suas interfaces cognitivas.

Traços formais: categoria

Um traço formal bastante evidente nas unidades lexicais é a sua categoria gramatical. Um item do léxico apresenta necessariamente informações sobre sua classe de palavras, dentre aquelas existentes na língua. Isso quer dizer que, quando conhecemos um item lexical, sabemos se se trata de um verbo, ou de um nome, ou de um pronome etc.

Esse tipo de traço é uma informação cognitiva relevante para o Sistema Computacional porque o traço categorial de um item determina, dentre outras coisas, a sua posição distribucional na frase. Para compreender melhor isso, pense nas duas construções a seguir.

- (1) [_{SUJEITO} João [_{PREDICADO} viu Maria]].
- (2) *[[_{SUJEITO} João [_{PREDICADO} visão Maria]].

Ora, você saberia dizer por que (1) é uma sentença gramatical e (2) não é? A resposta é simples. O Sistema Computacional deve alocar itens lexicais em posições lineares da frase que são compatíveis com o traço categorial desses itens. Assim, o item “ver” presente em (1) informa ao Sistema que ele é um verbo, com o traço categorial “V”. Isso faz com que o Sistema posicione esse item como núcleo do predicado, entendido como o núcleo de flexão numa frase, posição que só pode ser ocupada por itens que carregem o traço V. Como o Sistema Computacional observou o traço V do item e, assim, posicionou-o numa posição compatível com esse traço, o resultado é uma construção licenciada (gramatical) pela língua. Já em (2) o que acontece é o seguinte. O item “visão” está inscrito no léxico com o traço categorial “N”, por se tratar de um nome (tradicionalmente denominado, também, como *substantivo*). Dessa forma, “visão” não pode ser alocado numa posição disponível somente para itens com o traço V, como a de núcleo do predicado. A agramaticalidade de (2) ocorre justamente porque essa restrição foi violada quando inserimos um item com o traço N onde somente itens da categoria V podem ser alocados.

Você entendeu a razão para diferença do status de gramaticalidade entre (1) e (2)? Esperamos que sim, pois esse rápido exemplo bem ilustra que, nos traços formais do léxico, devem ser codificadas as noções linguísticas que conhecemos

de relações sintáticas e semânticas entre esse item e outros com os quais ele tenha necessariamente de ser vinculado numa expressão linguística e (3) associar marcas morfossintáticas (como gênero, número, tempo, modo, aspecto etc.) aos itens em que tais marcas são forçosamente preenchidas na forma de afixos ou auxiliares existentes na língua em questão.

Essa explicação está parecendo muito formal? Então vamos pensar num exemplo específico. Tomemos um verbo da língua portuguesa como “ver”. Além dos traços semânticos que determinam o significado desse verbo e dos traços fonológicos que especificam a sua pronúncia, “ver” possui também traços formais. São esses traços formais que estabelecem os fenômenos sintáticos associados ao item “ver”. Por exemplo, como falantes de português, sabemos que “ver” é um verbo e, como tal, deve ocupar a posição de núcleo do predicado numa oração. Sabemos também que o verbo “ver” deve ser, numa dada frase, relacionado a um mínimo de duas outras expressões linguísticas (“uma relativa a quem experientia o “ver” e outra ao tema do “ver”). Por último, sabemos que “ver” deve receber na frase alguma flexão, na qual sejam explicitadas marcas de tempo, modo, aspecto, número e pessoa – o que fará com que “ver” seja pronunciado como “viu”, ou “vê”, ou “verá”, ou “vi”, ou “veja”, ou “veremos” etc.

Lembre-se sempre de que, nos estudos da cognição humana, usamos as expressões “saber”, “a pessoa sabe” etc. com um significado especial para “saber”. Esse “saber” diz respeito ao conhecimento tácito, implícito e inconsciente, comum a todos os falantes de uma dada língua. É esse saber oculto que colocamos em uso a todo o momento no dia a dia da linguagem. Não se trata de um saber metalinguístico consciente, como aquele que os professores de português e gramáticos exibem em suas aulas e em seus livros.

Se você compreendeu o que são os traços de um item lexical, então lhe deve ter ficado claro que, quando um indivíduo é falante da língua portuguesa e domina, em sua língua-l, o item lexical “ver”, esse indivíduo tacitamente sabe que os traços fonológicos presentes no conjunto de sons [ver] devem ser arbitrariamente associados aos traços semânticos de [perceber pela visão]. Ele sabe também que, numa dada sentença, o item “ver” será o núcleo de um predicado e deverá ser associado a uma entidade que vê e outra que é vista, bem como deverá figurar numa forma de palavra específica, com uma das flexões disponíveis na língua, tal como acontece no enunciado “João viu Maria”. Ora, as informações que permitem esse conjunto de conhecimentos estão codificadas nos traços que compõe o item “ver”. Naturalmente, o mesmo acontece com os demais itens do léxico: todos possuem traços fonológicos, semânticos e formais.

como *classes de palavras*. Na cognição linguística de um falante, cada item lexical deve ser especificado quanto à sua categoria (por exemplo, se um item tem o traço V ou N), de tal forma que o Sistema Computacional da linguagem seja capaz de acessar essa informação para poder usá-la em sua tarefa de construir sintagmas e sentenças. A tabela a seguir serve para ilustrar o que acabamos de aprender.

Tabela 7.1: Traços categoriais do léxico.

Item lexical	Traço formal categorial
<i>ver</i>	Categoria V
<i>visão</i>	Categoria N

Neste momento, é importante você ter em mente que as classes lexicais não são uniformemente as mesmas em todas as línguas do planeta. Certas categorias existem numas línguas, mas não em outras – e essa variabilidade não nos deve surpreender, afinal, como já afirmamos, os traços que figuram no léxico de uma língua não foram parar lá de maneira natural e inevitável, mas são, antes, arbitrários, posto que resultam das contingências de língua-E. Devemos entender, portanto, que existe um núcleo comum entre os traços categoriais existentes nas línguas, mas há também um conjunto limitado de variações entre as classes de palavras que encontramos de uma língua para a outra.

Um bom exemplo de categoriais gramaticais aparentemente universais são os traços V e N. A maior parte dos linguistas do mundo, afirma que todas as línguas conhecidas distinguem nomes e ações, na forma de classes de palavras como substantivos e verbos. Por seu turno, a língua portuguesa possui uma distinção entre a classe de palavra que se destina a modificar nomes (denominada *adjetivos* – com o traço “A”) e a classe de palavra destinada a modificar verbos (denominada *advérbios*, com o traço “ADV”). Assim, no sintagma “muito dinheiro” devemos identificar “muito” com o traço A – já que se trata de um modificador nominal e, como tal, é passível de flexão de gênero e de número (como acontece, por exemplo, em “muita paciência” e em “muitos problemas”). Por contraste, em “comeu muito” devemos identificar em “muito” o traço ADV, já que se trata de um modificador verbal, que não recebe flexão. Ora, muito embora A e ADV sejam categorias importantes em língua portuguesa, há várias línguas naturais em que elas não são encontradas. Certas línguas possuem A, mas não ADV, ou possuem ADV, mas não A – ou, ainda, não possuem nenhuma dessas categorias.

Se você for um estudante curioso, deve estar se perguntando quais são os traços categoriais que já foram até agora registrados dentre todas as línguas humanas. Esse é, certamente, um tópico de estudo muito importante e interessante. Infelizmente não teremos tempo para abordá-lo em nosso curso, porém podemos, pelo menos, dizer que tudo aquilo que é comum ou variável na estrutura do Léxico das línguas naturais

deve ser, em última instância, fenômeno derivado da cognição humana. Com efeito, o essencial num estudo como o que propomos nesta unidade não é elencar todos os traços categoriais existentes ou possíveis nas línguas naturais, nem tampouco descrever como esses traços são derivados de fenômenos cognitivos superiores. Nosso modesto objetivo é compreender que os traços formais existem, estão visíveis no Léxico e são acessados pelo Sistema Computacional a fim de determinar, dentre outras coisas, a posição distribucional de um item na estrutura da frase.

Para o estudo dos traços formais existentes no Léxico da língua portuguesa, o número mínimo de categorias que devemos considerar é quatro, a saber: V, N, A e P (respectivamente, *verbo*, *nome*, *adjetivo* e *preposição*). Existem, é claro, outras, como a citada ADV. Se usarmos um sistema binário (com as marcas + ou -) para a classificação dos traços categoriais do léxico, V e N figurariam como os traços básicos, dos quais seriam derivadas as quatro categorias citadas:

1º) V = [+V, -N] (exemplo: “ver”);

2º) N = [-V, +N] (exemplo: “visão”);

3º) A = [+V, +N] (exemplo: “bonito”);

4º) P = [-V, -N] (exemplo: “em”).

Se você se interessou pelo assunto e quer saber mais, o livro de Mota, Silva e Lopes (2013, p. 56-59) pode ser uma boa e sucinta introdução acessível em língua portuguesa.

Se você se interessa por estudos gramaticais e se lembra de suas aulas de português, talvez tenha pensado que algumas palavras podem ser ambíguas ou indeterminadas quanto à sua classe gramatical. Isso é verdade. Alguns itens lexicais podem não ser sempre explícitos quanto ao seu traço categorial, como é o caso do item “alto”, que em português é ambíguo quanto ao traço A ou ADV (confronte-se “Ele é um homem muito alto” (alto = A) *versus* “Ele fala muito alto” (alto = ADV)). Isso, no entanto, não deve ser interpretado como um problema para o Sistema Computacional. Na teoria linguística, tais itens ou são considerados dois itens diferentes que, acidentalmente, possuem os mesmos traços fonológicos (homonímia), ou são tratados como o mesmo item inespecificado quanto à sua classe de palavra (polissemia). Nesse último caso, a especificação categorial do item ocorre não no léxico, mas em certo contexto sintático – a Numeração que alimentará a derivação de uma frase.

De qualquer modo, sabemos que um item lexical, ao ser introduzido pelo Sistema Computacional em seu espaço derivacional, terá de informar ao Sistema o seu traço categorial e, nesse momento, é irrelevante que a especificação desse traço tenha ocorrido no Léxico (homonímia) ou na Numeração (polissemia).

Se você já compreendeu a natureza do traço categorial, podemos seguir em frente. Vejamos agora o que é o traço de seleção presente num item lexical.

Traços formais: seleção

Outro traço formal existente no Léxico diz respeito às propriedades de seleção de determinado item. Por tal propriedade, compreende-se a capacidade de certos itens lexicais recrutarem outro(s) item(s) com os quais vão obrigatoriamente compor a estrutura de uma frase. Dizendo de outra forma, devemos compreender que o traço de seleção confere a um item a propriedade de selecionar outros itens que com ele coocorrerão, de maneira compulsória, numa estrutura sintática. Vejamos isso com mais detalhe.

Aos descrevermos os traços de seleção dos itens lexicais, devemos notar que, diferentemente do traço categorial, nem todos os itens do léxico possuem propriedades selecionais – na verdade, grande parte deles não possui. O item “casa”, citado no início desta unidade, é um exemplo disso: ele não tem traços de seleção, isto é, não nos fornece nenhuma especificação sobre outros itens que compulsoriamente devem, junto a ele, estruturar uma expressão linguística. Isso que dizer que, quando enviamos para o Sistema Computacional um item lexical como “casa”, o sistema não é capaz de fazer nada mais do que identificar sua categoria (N) e aloca-lo numa posição linear adequada na frase.

Se opusermos ao item “casa” um item como “ver”, entenderemos com clareza o que é um traço de seleção. Entre as diversas informações codificadas em “ver”, encontram-se aquelas que especificam que tal item deve ser associado, na estrutura de uma frase, a dois outros itens (ou conjunto de itens): aquele que experiencia o ato de “ver” e aquele que é o tema/objeto de “ver”. Em suma, “ver” seleciona duas entidades na composição de uma sentença e, por conseguinte, possui traços de seleção.

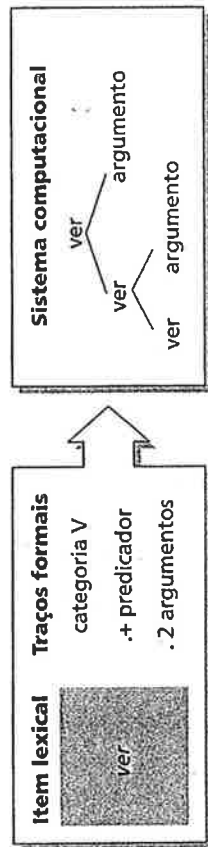
Quando um item do Léxico possui traços de seleção, dizemos que ele é um **predicador**. Por seu turno, os itens que são obrigatoriamente selecionados por um predicador são chamados **argumentos**. Assim, um falante do português sabe que, dentre os traços formais do item “casa”, não consta a especificação de tratar-se de um predicador, ao passo que, no item “ver”, a especificação é clara: trata-se de um predicador que possui dois argumentos.

Tradicionalmente, a teoria linguística utiliza o termo “predicado” para a noção aqui denominada como “predicador”. Acreditamos que seja mais adequado reservar o termo “predicado” para descrever a função sintática que, na sentença, se opõe à função de sujeito, utilizando “predicador” como referência ao item que possui propriedades de seleção especificadas no Léxico. Dessa forma, um predicador é um item lexical capaz de selecionar argumentos na composição de sintagmas ou frases. Argumentos são as expressões linguísticas selecionadas por um dado predicador.

Você deve ter notado que a especificação dos traços de seleção de um item do léxico é fundamental para o funcionamento do Sistema Computacional da linguagem

humana. Ao selecionar um item lexical, o Sistema deve acessar os seus traços de seleção, que funcionam como instruções a respeito de como o item deve ser computado na frase. Por exemplo, ao acessar o item “ver”, o Sistema Computacional não apenas reconhece o seu traço categorial V, como também reconhece que esse item é um predicador que seleciona dois argumentos. Vejamos uma ilustração de como o Sistema Computacional acessa os traços de seleção de um item como “ver” e computa essa informação associando-lhe seus respectivos argumentos.

Figura 7.2: Os traços de seleção do item lexical “ver” são acessados pelo Sistema Computacional.



São as informações presentes nos traços de seleção de “ver” que farão com que o Sistema Computacional busque, dentre os elementos presentes na Numaeração que alimenta uma derivação, os itens que satisfazem a seleção de dois argumentos requerida por “ver”. Ao fim de uma derivação, a legitimidade de uma sentença como “João viu Maria” evidencia que os traços de seleção de “ver” foram **saturados**, afinal “João” é o argumento selecionado como o “experientiador de ver” – isto é, é aquele que tem a experiência da visão – e “Maria” é o argumento selecionado como “tema de ver” – isto é, é aquele ou aquilo que é o objeto da visão.

Quando o Sistema Computacional satisfaz as exigências de seleção de um dado predicador, dizemos que os argumentos foram saturados, isto é, foram selecionados corretamente.

Se você compreendeu o que é *saturação de argumentos*, pense na seguinte questão. O que acontece se, numa dada frase, os argumentos de um predicador não forem corretamente saturados? Se você pensou em “agramaticalidade”, pensou corretamente. A saturação de argumentos nas frases é uma exigência vital dos predicadores. Caso seus argumentos não sejam corretamente representados numa frase, o resultado será uma construção agramatical. Por exemplo, se uma frase como “João viu” é proferida fora de um contexto em que possamos identificar discursivamente qual é o segundo argumento do predicador “ver”, teremos como consequência a agramaticalidade. Os traços de seleção de um predicador devem sempre ser satu-

rados na exata medida que está prevista no Léxico. O Sistema Computacional da Linguagem humana jamais deixará faltar (ou sobrar) argumentos para um predicador.

Para avançarmos um pouco mais no assunto, podemos dizer que, de uma maneira abrangente, os traços de seleção especificam um total de cinco informações num item lexical. Destacamos essas informações a seguir.

- **Primeiro:** os traços de seleção indicam se o item é ou não um predicador.
- **Segundo:** se o item é um predicador, os traços especificam quantos são os seus argumentos.
- **Terceiro:** os traços de seleção determinam qual é o *status* do(s) argumento(s) relativamente ao seu predicador (isto é, especificam se o argumento é completamente ou especificador, conforme veremos logo a seguir).
- **Quarto:** os traços de seleção estabelecem as restrições semânticas e formais a que os argumentos devem ser submetidos no momento da seleção.
- **Quinto:** os traços determinam, por fim, que interpretações semânticas (denominadas, como veremos ainda nesta unidade, *papéis temáticos*) devem ser associadas a cada um dos argumentos de um predicador.

Vejam nas seções a seguir o que se deve entender por cada uma dessas exigências seletivas. Veremos que as especificações presentes entre os itens primeiro e quarto compõem aquilo que, na teoria linguística, se conhece como *estrutura argumental*, ao passo que as especificações do quinto item dizem respeito aquilo que se chama *grade temática*.

Traços interpretáveis e não interpretáveis

Os traços do Léxico são considerados Interpretáveis quando possuem alguma informação que deve ser usada por uma ou ambas as interfaces da Linguagem (Forma Lógica e Forma Fonética). Por exemplo, o “número” em nomes substantivos distinguem a noção semântica de singular (“menino”) e de plural (“meninos”), sendo, portanto, Interpretável em Fl. Esse mesmo traço, porém, não é Interpretável nos verbos, que meramente copiam o traço de número de seu respectivo nome-sujeito: “menino” *ri* versus “meninos” *riam*. Logo, “número” é um traço lexical Interpretável em nomes e não Interpretável em verbos. Os traços Interpretáveis devem ser preservados durante as computações lexicais e sintáticas até que uma frase seja enviada para as interfaces; para respectiva interpretação. Por sua vez, traços não Interpretáveis são apenas instruções para o funcionamento do Sistema Computacional e, assim, devem ser eliminados de uma frase antes que ela siga para Fl e Ff. Traços não Interpretáveis são eliminados de uma computação por meio da operação Move, que desencana o fenômeno da Concorrência (Agree) e torna um traço não Interpretável invisível para as interfaces. Veremos mais sobre esse tema na unidade 9.

Estrutura argumental

Neste momento de nosso curso, você já aprendeu que as informações relativas à estrutura argumental de um item do Léxico dizem respeito, primeiramente, ao número de argumentos que um predicador possui. Vimos, como exemplo, que o item do português “ver” possui dois argumentos. O item “visão”, cuja categoria é N, é outro exemplo de um predicador. No caso, “visão” possui apenas um argumento, afinal, a “visão”, como nome derivado de um verbo, é a visão “de alguma coisa”, tal como se verifica na sentença “A visão de sua casa pronta emocionou João”.

Ilustramos abaixo como a estrutura argumental desses dois itens está representada no Léxico.

Figura 7.3: Estrutura argumental básica dos itens “ver” e “visão”.

Item do léxico	Traços formais
ver	<ul style="list-style-type: none"> • categoria: V • + predicador estrutura argumental: { __, __ }
visão	<ul style="list-style-type: none"> • categoria: N • + predicador estrutura argumental: { __ }

Para você que está interessado em detalhes do léxico da língua portuguesa fica a seguinte informação. No exemplo da figura 7.3, “visão”, por ser uma categoria N derivada de V, preserva sua interpretação verbal como [ato de ver alguma coisa], selecionando, assim, um argumento. Não obstante, tal item está naturalmente sujeito ao fenômeno da polissemia e, assim, poderá assumir interpretações puramente nominais. Nesses casos, “visão” não manifestará propriedades de seleção. Isso é o que acontece em frases como “João é um homem de visão”, “Eu não tenho problemas de visão” etc., nas quais o item possui valor semântico diferente de [ato de ver alguma coisa] e, por conseguinte, especifica traços formais próprios, como um novo item lexical. Veremos, mais à frente nesta unidade, que cada significado de um item polissemico assume seus próprios traços de seleção (quando os têm), equivalendo, portanto, a um item lexical independente. O que dissermos sobre “visão” estende-se a todas as categorias N derivadas de V ou de A.

é um item lexical cujos traços semânticos especificam uma relação espacial entre três entidades. Podemos sumarizar o significado de “entre” como se segue: [localização espacial de uma entidade X com relação a outras duas, Y e Z]. Assim, é “entre” que seleciona o argumento “A Baía de Guanabara”, ao qual relaciona outros dois argumentos, “Niterói” e “o Rio de Janeiro”, sendo, portanto, um predicator com três argumentos. Mais uma vez, o verbo “estar” não é o predicator da sentença, pois não é ele quem determina a espécie de relação espacial veiculada na frase. Também aqui, o verbo “estar” comporta-se como uma partícula funcional, responsável pela flexão da sentença. Trata-se, novamente, de um predicator não verbal.

Ao falarmos de predicares e argumentos, não poderíamos deixar de analisar os argumentos que são, por assim dizer, “invisíveis” na frase. Esses argumentos são tão importantes (e tão frequentes em línguas [+ sujeito nulo], como o português) que reservaremos para eles uma nova seção em nossa unidade. Vejamos agora como se comportam aqueles argumentos que não possuem pronúncia nas frases, mas que são selecionados por seus predicares tanto quanto qualquer argumento foneticamente “visível”. Tais elementos são chamados de *argumentos nulos*.

Argumentos foneticamente nulos

Nos traços do léxico, o número de argumentos de um dado predicator é sempre fixo e previsível. É essa previsibilidade que torna possível o funcionamento do Sistema Computacional. Como já vimos ao longo da unidade, esse Sistema deve acessar os traços de seleção de um predicator para, com base nessas informações, selecionar os argumentos que lhe saturam a estrutura argumental.

Dizer isso significa assumir que a estrutura argumental de um item não pode mudar de uma hora para a outra. Um item não pode, por exemplo, selecionar dois argumentos numa frase e, noutra, selecionar apenas um ou nenhum. Afinal de contas, pense bem: se os itens do léxico variassem caprichosamente suas propriedades selecionais, como o Sistema Computacional seria capaz de reconhecer esses traços de modo a satisfazê-los? A codificação dos traços lexicais relativos à estrutura argumental de um predicator deve ser, portanto, invariável. Com efeito, violar os traços de seleção de um item provoca necessariamente a agramaticalidade da construção. Senão, vejamos. Consideremos as seguintes frases.

- (3) João viu Maria?
- (4) João viu quem?
- (5) Quem viu Maria?
- (6) *João viu?
- (7) *Quem João viu Maria?

Você compreendeu que, na figura 7.3, as linhas presentes dentro dos colchetes indicam o número de argumentos que um predicator necessariamente seleciona? Pois é, dois argumentos são selecionados por “ver”, enquanto “visão” seleciona somente um. Note que cada um dos inúmeros predicares presentes no Léxico deve ter uma representação semelhante à que apresentamos nessa figura. Note também que, ao usarmos uma palavra que carrega o traço categorial N para exemplificar a estrutura argumental dos itens lexicais, estamos chamando a sua atenção para o fato de que não são somente os verbos que se caracterizam como predicares. Com efeito, tanto V, como N, P ou A podem figurar, no Léxico, como predicares, possuindo, portanto, a capacidade de selecionar argumentos. Vejamos alguns exemplos disso.

Na sentença “Os políticos brasileiros estão conscientes de suas responsabilidades”, o predicator é o item “consciente(s)”. Trata-se de um predicator com dois argumentos, afinal os falantes do português sabem que o item lexical “consciente” envolve necessariamente “alguém” que tem (ou não) consciência de “algo”. É esse adjetivo que, em sua estrutura argumental, seleciona tanto o argumento relativo a “quem experimenta a consciência” (“os políticos”), como o argumento relativo ao “tema sobre o qual se têm consciência” (“de suas responsabilidades”).

A percepção de que adjetivos podem ser predicares não escapou às gramáticas escolares. Lembremos que, na tradicional análise das funções sintáticas da oração, classificávamos “estão conscientes de suas responsabilidades” como predicator **não verbal** (ou nominal, na nomenclatura oficial das gramáticas brasileiras). Essa classificação captura o fato de que o predicator da sentença não é um verbo, com o traço V, mas sim um adjetivo, com o traço A.

Um predicator não verbal é aquele que pode apresentar tanto um item A, quanto N ou P como seu respectivo predicator. Já o predicator verbal possui sempre V como predicator. Vemos, dessa forma, que, nas aulas de gramática, seria mais apropriado classificar o predicator das orações como “verbal” ou “não verbal” (ou, ainda, “verbal e não verbal”, nos casos em que ambos coocorem).

É muito importante ressaltar que o verbo “estar” não possui propriedades de seleção, tratando-se de uma partícula funcional (especificamente, um verbo de ligação, na nomenclatura escolar). No Sistema Computacional da linguagem humana, verbos funcionais desempenham a função gramatical de atribuir alguma flexão morfosintática às construções linguísticas, conferindo-lhes, dessa forma, *status* de sentença — abordaremos esse assunto nas próximas unidades de nosso curso. Por ora, devemos entender que, diferentemente de verbos lexicais (como, por exemplo, “ver”), verbos funcionais (como os de ligação e auxiliares) não possuem estrutura argumental.

Agora pensemos: qual é o predicator da frase “A Baía de Guanabara está entre Niterói e o Rio de Janeiro”? A resposta é: a preposição “entre”, a categoria P. “Entre”

Podemos dizer que (3), (4) e (5) são construções licenciadas em português porque a estrutura argumental do predicador “ver” foi corretamente saturada nessas frases. Como você já sabe, “ver” possui dois argumentos. Ambos são visíveis em (3), (4) e (5) – o fato de “quem” ser um pronome interrogativo não modifica sua percepção como o argumento-tema do verbo “ver” em (4) e, em (5), não impede sua interpretação como o experienciador do ato de “ver”.

O que dizer a respeito de (6)? Essa é uma construção agramatical devido ao fato de representar somente um argumento quando a estrutura argumental do predicador da sentença determina a ocorrência de dois argumentos. Por sua vez, (7) é agramatical também em função de violar as propriedades de seleção do verbo “ver”. No caso, foram representados três argumentos, mas o predicador seleciona somente dois. Em suma, você deve ter compreendido que o verbo “ver” sempre seleciona dois e somente dois argumentos.

Dito isso, podemos pensar no seguinte caso. Como interpretar o número de argumentos presentes na fala do locutor B a seguir?

Locutor A: “Maria, você viu o João?”

Locutor B: “Vi.”

Na fala do Locutor A, os dois argumentos do verbo “ver” são visíveis, isto é, possuem substância fonética (“você” e “João”), mas, na fala de B, não há nenhum argumento pronunciado. Inicialmente, poderíamos indagar se esse não seria o caso de, como dizem alguns gramáticos, um uso intransitivo de um verbo que outrora era transitivo. Ora, dizer isso implica assumir que os itens do léxico possuem estrutura argumental variável, o que já consideramos ser incorreto. Na verdade, a estrutura argumental de “ver” na fala do Locutor B é rigorosamente a mesma da fala de A ou de qualquer uso possível desse verbo.

O que há de especial na fala de B é o seguinte. Como estudos importantes, como os de Cyrino (1997, 2001) têm descoberto, o português do Brasil possui diversos tipos de argumentos que podem não assumir uma realização fonética visível na sentença, isto é, eles podem ser foneticamente nulos – ou elípticos, ocultos, implícitos, nos termos ensinados pela gramática escolar. No caso do argumento experienciador do ato de “ver” (o seu sujeito), a morfologia do verbo em português permite a identificação de seus traços de pessoa e número através da chamada desinência número-pessoal. Assim, a expressão “vi” corresponde inequivocamente à forma de um sujeito na primeira pessoa do singular (“eu”). Trata-se do famoso caso do “sujeito oculto”, que aprendemos na escola, e do Parâmetro do Sujeito Nulo clássico na literatura gerativista.

É, portanto, incorreto dizer que na sentença do Locutor B não ocorre o argumento-sujeito selecionado pelo verbo. O correto é dizer que, sim, ele ocorre na sentença – do

contrário, a estrutura argumental de “ver” seria violada e, por consequência, a construção seria agramatical –, mas é realizado na forma de um pronome foneticamente nulo. Esse tipo de pronome sem substância fonética é representado na teoria linguística pela abreviatura “pro” (lê-se *prozinho*), que é uma das **categorias vazias** existentes no Léxico das línguas naturais. Portanto, numa fala como a do Locutor B, o Sistema Computacional instanciará “pro” como argumento-sujeito do predicador “ver”, do que resultará a estrutura sintática “*pro* vi...”.

Uma categoria vazia é um objeto sintático desprovido de traços fonológicos. Trata-se de uma categoria puramente sintática e/ou semântica a serviço da estruturação da frase, sem nenhuma repercussão na pronúncia final da representação linguística. Além de “*pro*” (prozinho) existem outras categorias vazias. Todas serão estudadas em detalhes na unidade 9 deste curso.

Queremos que neste momento você se pergunte: seria possível sustentar que, na frase do Locutor B, também ocorre um argumento foneticamente nulo na posição de objeto do verbo? A resposta é afirmativa. Afinal, se tal argumento não estivesse presente na construção, teríamos a violação das propriedades de seleção do verbo e a consequente agramaticalidade da sentença. Como isso não ocorre, devemos, portanto, assumir que a estrutura argumental do item foi satisfeita com um pronome nulo também na posição do objeto. Temos o caso de um objeto nulo.

Talvez você já esteja entendendo que na frase do Locutor B ocorrem dois “*pro*”: um na posição de sujeito e outra na posição de objeto. Sim. Devemos assumir que o objeto nulo também seja uma categoria vazia (seja *pro* ou outra equivalente), assim como acontece com o sujeito nulo. Nesse caso, as diferenças entre a frase do Locutor A, em que os argumentos são foneticamente plenos, e a frase do Locutor B, em que os argumentos são nulos, devem ser representadas conforme se vê na figura 7.4.

Figura 7.4: Em (A), argumentos foneticamente plenos e, em (B), argumentos foneticamente nulos do predicador “ver”.

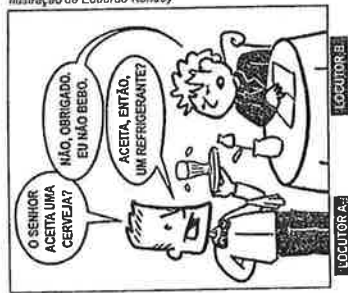


Outra questão que não podemos deixar de abordar ao falarmos da estabilidade e previsibilidade da estrutura argumental de um predicador é o fenômeno da homonímia e da polissemia.

É correto afirmarmos que a especificação da estrutura argumental de itens homônimos é completamente independente para cada um desses itens, tanto quanto o é no caso de uma dupla ou um conjunto de palavras tomadas aleatoriamente no Léxico. Isto é, quando as pessoas dominam os traços lexicais de uma língua, elas conhecem um grande número de itens individuais, e o conhecimento dos traços de cada um desses itens é particularizado e idiossincrático. Itens homônimos não são exceção. Para cada um deles, existem propriedades seletivas específicas. O mesmo é válido para os casos de polissemia. Cada um dos significados de um item polissêmico especifica seus próprios traços de seleção, comportando-se à semelhança de um item isolado do Léxico. Você entenderá facilmente isso com os exemplos a seguir.

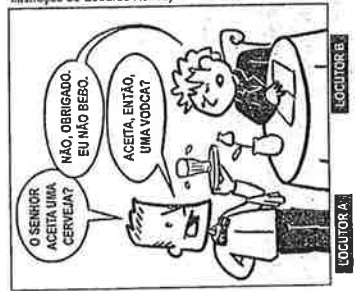
Podemos interpretar que a segunda fala do Locutor A, no diálogo a seguir, é normal e coerente. Imagine que o contexto das falas é uma festa realizada num clube.

Ilustração de Eduardo Kennedy



O mesmo não pode ser dito do diálogo que se segue, no qual a segunda fala do Locutor A deve ser considerada anômala e incoerente.

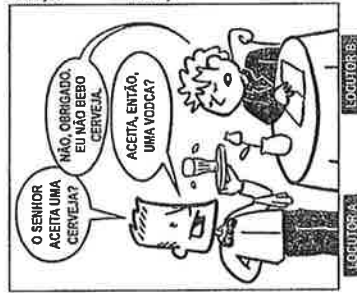
Ilustração de Eduardo Kennedy



Ora, por que a anomalia ocorre aqui? No caso, o item “beber” na fala do Locutor B deve ser interpretado com traços semânticos equivalentes a [consumo de bebida alcoólica]. Nessa acepção, “beber” possui somente um argumento: o ser que pratica o ato de “beber” (sujeito). É exatamente em função desse significado que o Locutor A, no primeiro diálogo, oferece a seu interlocutor uma alternativa, isto é, uma bebida não alcoólica. No segundo diálogo, o estranhamento acontece porque o Locutor A oferece um segundo tipo de bebida alcoólica a alguém que acabou de afirmar que não consome álcool.

Vejamos agora o que se passa nesse terceiro diálogo.

Ilustração de Eduardo Kennedy



Nesse caso, a réplica do Locutor A é normal e coerente. Isso acontece porque, agora, o item “beber” assume os traços semânticos [ingerir líquido específico]. Logo, nessa acepção, “beber” é um predicador com dois argumentos: aquele que pratica o ato de “beber” e o tipo de líquido que é ingerido. É por isso que o Locutor A pode oferecer ao Locutor B outro tipo de bebida alcoólica, diferentemente do que sucede no diálogo anterior.

Com esses exemplos, vemos que “beber” é um item polissêmico que comporta, pelo menos, dois significados. Cada um deles possui sua própria estrutura argumental, que é codificada nos traços do léxico de maneira independente, como se se tratasse de dois itens isolados.

Se você compreendeu bem como um predicador inscreve, no Léxico, suas propriedades seletivas, podemos seguir para a próxima seção. Suponhamos que um dado predicador seleccione dois argumentos. De que maneira o Sistema Computacional seria capaz de distinguir um argumento do outro, posicionando-os, por exemplos, nos lugares corretos da frase? Essa distinção será possível pelos traços que distinguem o argumento externo (especificador) do argumento interno (complemento), conforme aprenderemos na seção seguinte.

Argumento interno e argumento externo

Quando fazemos a representação das relações entre um dado predicador e seus argumentos (plenos ou nulos), conforme a figura 7.4, indicamos visualmente que há assimetrias na maneira pela qual os diferentes argumentos relacionam-se sintaticamente com o seu predicador. Vejamos isso com um pouco mais de detalhe.

Os predicadores das línguas humanas possuem severas limitações quanto ao número de argumentos que, individualmente, podem vir a selecionar. O número mínimo de argumentos que um predicador seleciona é, obviamente, um (não selecionar qualquer argumento implicaria não se tratar de predicador). O número máximo é três. O número intermediário é dois. Seja qual for a quantidade de argumentos selecionados, há somente duas maneiras por meio das quais o Sistema Computacional pode estabelecer elo sintático entre um predicador e seu(s) argumento(s). São elas: [predicador → complemento] e [especificador ← predicador]. Ilustramos a seguintes relações, considerando um caso de um predicador com dois argumentos.

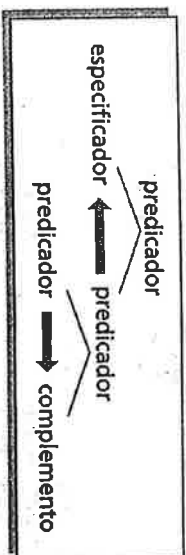


Figura 7.5: O predicador, seu complemento e seu especificador relacionados sintaticamente no interior do Sistema Computacional.

Um argumento sempre assume, portanto, um *status* em relação a seu predicador: *complemento* ou *especificador*.

O complemento é aquele selecionado imediatamente pelo predicador e corresponde à primeira vinculação sintática (a operação Merge, que estudamos na unidade anterior) estabelecida pelo Sistema Computacional. Em termos semânticos, o complemento de um predicador é tipicamente seu tema/objeto, o item sobre o qual incide o evento descrito pelo item lexical que é o predicador.

Já o especificador é aquele selecionado pelo predicador de maneira menos imediata, após a seleção do complemento (se houver algum), na segunda aplicação de Merge. Semanticamente, o especificador de um predicador é tipicamente seu agente/sujeito, o item que desencadeia ou experiencia o evento descrito pelo predicador. Se prosseguirmos com análise do verbo “ver”, identificaremos facilmente que, em “João viu Maria”, “Maria” é o complemento, e “João” é o especificador do predicador.

Na literatura linguística, o complemento de um predicador é também referido como **argumento interno**, enquanto seu especificador pode ser denominado **argumento externo**. Essa nomenclatura reflete a maior imediatez (relação interna) do elo sintático entre predicador e argumento, por contrastar à menor imediatez (relação externa) estabelecida entre especificador e predicador. No exemplo anterior, compreendemos que “Maria” é o argumento interno de “ver”, ao passo que seu argumento externo é “João”.

Um complemento é também chamado de argumento interno porque se posiciona internamente (à direita) no sintagma do seu predicador. Os especificadores são também chamados de argumentos externos porque se posicionam externamente (à esquerda) do domínio imediato do seu predicador.

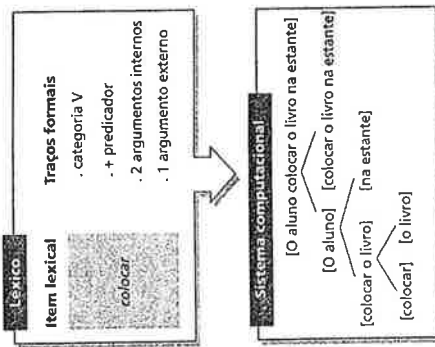
Com essa diferença em mente, você poderá compreender que, para saturar a estrutura argumental de um predicador, o Sistema Computacional precisa ser instruído quanto ao *status* de seus argumentos, ou seja, ele precisa acessar a informação “interno” *versus* “externo” dos argumentos de modo a associá-los corretamente como complemento ou especificador do núcleo predicador. Isso quer dizer que, nos traços de seleção do Léxico, um predicador deve deixar visíveis as especificações do *status* de seu(s) argumento(s). Vejamos como isso acontece no caso de um predicador com três argumentos.

Suponhamos que o predicador “colocar” seja trazido ao espaço derivacional. Nesse momento, o Sistema Computacional da linguagem humana imediatamente acessará os traços formais desse item. No caso, o Sistema processará que se trata de um item V, que possui três argumentos: dois argumentos internos e um externo. Com essas informações, o Sistema irá, então, saturar as seleções de “colocar”, buscando na Numeração seus respectivos argumentos.

Suponhamos que o primeiro argumento interno seja “o livro”, teremos então a saturação desse argumento quando o Sistema compuser (Via Merge) “colocar o livro”. Suponhamos, agora, que o segundo argumento interno seja “na estante”. Esse será saturado quando o sistema construir “colocar o livro na estante”. Por fim, suponhamos que o especificador seja “o aluno”, argumento externo cuja saturação gerará o composto “o aluno colocar o livro na estante”.

Com esse conjunto de operações, o Sistema Computacional terá saturado a estrutura argumental do verbo, permitindo que a derivação prossiga até o ponto em que será levada às interfaces como um objeto legível. Na figura 7.6, apresentamos uma ilustração de como o Sistema deve acessar e computar os traços de seleção do predicador “colocar”.

Figura 7.6: Saturação da estrutura argumental do predicador "colocar".



Você compreendeu corretamente como os argumentos internos se distinguem dos argumentos externos? Se sim, como você explicaria a diferença entre os argumentos do predicador "estacionar", se a frase em questão fosse "O manobrista estacionou o carro na vaga"? Bem, nesse caso o assunto torna-se um pouco mais complexo, pois teremos de apresentar a você a distinção entre argumentos e adjuntos. Esse é o tópico da próxima seção.

Argumentos versus adjuntos

A essa altura, você certamente já aprendeu que "argumentos" são entidades sintáticas cuja ocorrência na sentença se encontra prevista nos traços formais que fazem de certo item lexical um predicador. Conforme explicamos, uma construção que deixe de realizar sintaticamente um ou mais argumentos selecionados por um predicador redundará em agramaticalidade. O mesmo ocorre com construções que realizem mais argumentos do que aqueles selecionados pelo predicador – essas também resultarão agramaticais. O número de argumentos inscritos na estrutura argumental de um predicador deve ser representado, numa dada frase, exatamente da maneira como se encontra previsto nos traços do Léxico, nada a mais e nada a menos. Esses conceitos serão o suficiente para que você faça a distinção entre os argumentos de um predicador e adjuntos de um predicador, de um sintagma ou de uma frase.

Diferentemente dos argumentos, os adjuntos sintáticos não são previsíveis a partir dos traços formais de dado predicador. Enquanto a ocorrência de argumentos

numa sentença é inteiramente determinada pela seleção de certo item lexical, a ocorrência de adjuntos em nada está relacionada aos traços do Léxico. Os adjuntos de uma sentença são selecionados de acordo com o planejamento de fala dos indivíduos, fenômeno cognitivo independente do Sistema Computacional, que determina, de maneira idiossincrática, os itens que devem compor uma Numeração. Nesse sentido, é possível que uma frase simplesmente não tenha nenhum adjunto, se assim for o plano de fala de um indivíduo particular. Inversamente, é da mesma forma plausível que numa frase ocorra um número indeterminado, às vezes muito grande, de adjuntos. Isso quer dizer que a presença ou a ausência de adjuntos não tem relação com a gramaticalidade da sentença. Analisemos isso nos seguintes exemplos.

- (8) João viu Maria.
 (9) João viu Maria na festa, no sábado, às 19 horas, quando saiu do trabalho.
 (10) *João viu na festa, no sábado, às 19 horas, quando saiu do trabalho.
 (11) *viu Maria na festa, no sábado, às 19 horas, quando saiu do trabalho.

A gramaticalidade de (8), oposta à agramaticalidade de (10) e (11), indica que "João" e "Maria" são argumentos. Como vimos, se a presença de um item garante a legitimidade da construção, e a sua ausência provoca agramaticalidade, então esse item é um argumento. Se isso não ocorre, ou seja, se a presença ou a ausência de um item é indiferente para a gramaticalidade da sentença, então esse item é um adjunto. Ora, é isso o que se nota no cotejo entre (8) e (9). Em (9), os sintagmas "na festa", "no sábado", "às 19 horas" e a oração "quando saiu do trabalho" ocorrem, e a frase é gramatical, mas eles não ocorrem em (8), e a gramaticalidade da sentença permanece inalterada. Trata-se, portanto, de quatro adjuntos.

A constatação empírica da diferença entre o comportamento de argumentos e adjuntos, tal como demonstrada, é útil para evitarmos certos equívocos na descrição dos traços de um item lexical. Por exemplo, nas gramáticas tradicionais e nos dicionários do português, verbos que descrevem movimentos no espaço são, muitas vezes, interpretados como monoargumentais, selecionando somente o argumento externo (sujeito). Os elementos circunstanciais que sucedem esses verbos são normalmente analisados como adjuntos. No entanto, verificaremos que essa descrição é incorreta se analisarmos sentenças como as que se seguem.

- (12) João foi ao Maracanã.
 (13) *João foi.

Considerando que não há um referente no discurso que licencie a elipse "pro" do [lugar para onde se foi] em (13), a ausência dessa informação provoca a agramaticalidade da sentença, fato que nos demonstra que tal informação é sele-

cionada pelo verbo “ir”, sendo, assim, seu argumento interno – e não seu adjunto. “Ir” inscreve-se no Léxico, portanto, como um predicador com dois argumentos.

- (14) O manobrista colocou o carro na vaga.
- (15) *O manobrista colocou o carro.
- (16) O manobrista estacionou o carro na vaga.
- (17) O manobrista estacionou o carro.

Notamos que o valor discursivo e informacional de (14) e (16) é muito semelhante, porém o status do constituinte “na vaga” é diferente nas duas sentenças. Em (14), ele é argumento interno do predicador “colocar”, enquanto, em (16), é adjunto de “estacionar o carro”. Evidência disso é a agramaticalidade provocada pela ausência do constituinte em (15), oposta à indiferença de sua incoerência em (17). O cotejo entre essas quatro sentenças mantém o foco de nossa análise no Léxico: a diferença entre argumentos e adjuntos sintáticos é dedutível pelos traços de um item tal como estão inscritos no Léxico e independe das propriedades de uma sentença em particular.

Dito isso, acreditamos que você será a partir de agora capaz de resolver aqueles velhos probleminhas escolares que tanto nos aborrecem na hora de distinguir um complemento (argumento) nominal de um adjunto adnominal, ou um objeto indireto (argumento) de um adjunto adverbial. Nesses casos, a distinção diz respeito à oposição cognitiva argumento versus adjunto, léxico versus discurso.

Voltemos, agora, à análise das relações formais entre predicadores e seus respectivos argumentos.

S-seleção e c-seleção

Não é qualquer tipo de palavra ou expressão que pode figurar nas frases como argumentos de um predicador. Além de selecionar argumentos e determiná-los como complementos ou especificadores, os predicadores também lhes impõem restrições semânticas e categoriais. Para começarmos a compreender isso em detalhes, comparemos a legibilidade das seguintes sentenças.

- (18) O menino tossiu.
- (19) *A observação tossiu.

Os traços de seleção de “tossir” parecem estar satisfeitos nas duas construções: trata-se de predicador com um argumento externo, o qual é visível em ambos os casos. Ora, se, nas duas sentenças, o argumento externo foi selecionado, por que (19) não é legível nas interfaces?

A resposta é a seguinte. Apenas selecionar argumentos, sejam eles de qualquer natureza, não é o suficiente para satisfazer os traços selecionais de um item. Os predicadores também impõem restrições ao tipo semântico de seus argumentos. No exemplo, o verbo “tossir” não apenas seleciona um argumento externo, mas também especifica que tal argumento deve carrear o traço semântico [+ animado], isto é, deve ser uma entidade compatível com os traços semânticos de “tossir”, algo que possa expulsar o ar subitamente pela boca. Ora, o constituinte “o menino” apresenta traços compatíveis com tal restrição semântica e, dessa forma, pode ser selecionado com o argumento desse predicador. Já “a observação” viola a restrição, porque não possui traços semânticos compatíveis, fato que provoca a agramaticalidade de (19).

As restrições semânticas que os predicadores impõem a seus argumentos são denominadas traços de seleção semântica ou s-seleção (em que o “s” inicial refere-se ao termo “semântica”).

A s-seleção é um traço lexical e, por conseguinte, integra a competência linguística de um falante de uma língua natural. Esse falante é capaz não somente de satisfazer esse tipo de traço quando fala, bem como é capaz de reconhecer a satisfação ou a violação do traço no uso da linguagem que fazem os seus interlocutores. Mais do que isso, o falante é também capaz de modificar e perceber a modificação dos traços semânticos de certos itens que licencia a linguagem metafórica. Isto é, quando um falante ouve ou lê uma frase como (20), ele certamente perceberá que se trata de uma construção gramatical.

- (20) A solução do problema estava tossindo na minha frente.

No caso dessa frase específica, o predicador “tossir” seleciona “a solução do problema” como seu argumento externo e, na interface conceitual da linguagem, o traço [+ animado] é conferida a esse item, de modo a licenciar seu uso metafórico (a frase quer dizer que a solução do problema era óbvia e evidente a ponto de chamar a atenção). Com efeito, a metáfora consiste exatamente na transferência de propriedades semânticas entre itens e domínios. Trata-se de uma fantástica habilidade cognitiva humana com forte impacto sobre a natureza e o funcionamento da linguagem. (Caso queria conhecer mais sobre esse tema, indicamos-lhe o livro *Introdução à linguística cognitiva*, da professora Lilian Ferrari.)

Não obstante, as transferências metafóricas dizem respeito à interface entre a linguagem e o sistema conceitual-intencional, sendo irrelevantes para o funcionamento do Sistema Computacional em sua natureza puramente sintática. De fato, a atribuição de, por exemplo, características animadas a entidades não animadas não é algo visível para o Sistema, tampouco parece ser algo codificado no Léxico. Dessa forma, a violação da s-seleção em (19) e a sua satisfação denotacional em (18) e metafórica em (20) são um fenômeno que tem lugar na interface concei-

tual da linguagem – e não nas relações entre Léxico e Sistema Computacional. É, a propósito, plausível que haja condições discursivas em que (19) possa ser licenciado com algum valor de metáfora.

Diferentemente da s-seleção, a seleção categorial, ou c-seleção (em que “C” refere-se ao termo “categoria”), é visível e computável pelo Sistema.

A c-seleção diz respeito à categoria sintática do argumento, isto é, ela especifica se o argumento deve ser selecionado como um sintagma nominal (SN), um sintagma adjetivo (SA), um sintagma preposicionado (SP), uma pequena oração (PO) ou uma oração (SCST) – aprenderemos nas próximas unidades sobre Sintagma Complementador (SC) e Sintagma Temporal (ST, também referido na literatura gerativista como Sintagma Flexional, SF), que correspondem à nossa compreensão intuitiva do termo oração). Por exemplo, no caso do verbo “ver”, sabemos que tanto seu argumento interno quanto seu argumento externo são sintagmas nominais. É isso o que vemos nessa representação em colchete etiquetados: [_{SN} João [_{SV} ver [_{SN} Maria]]]. Com relação ao predicador “colocar”, vimos que seu argumento externo é um SN, seu primeiro argumento interno é também um SN, enquanto seu segundo argumento interno é um SP. Visualizamos isso na seguinte representação em colchetes: [_{SN} O aluno [_{SV} colocar [_{SN} o livro [_{SP} na estante]]]].

Um *sintagma* é o resultado da combinação entre dois elementos. Os elementos combinados num sintagma podem ser palavras, outros sintagmas ou orações. O interessante é que, nas relações binárias que formam um sintagma, um dos dois elementos constituintes é sempre o núcleo da composição. É justamente o núcleo dessa combinação que dá nome ao tipo de sintagma. Assim, se o núcleo da combinação é V, então o sintagma será sv. Se o núcleo é N, o sintagma será SN. Sendo o núcleo A, o sintagma será do tipo SA. Já SP é o sintagma cujo núcleo é P. Esses são os quatro sintagmas lexicais fundamentais nas línguas naturais. Os citados SC e STSF são sintagmas funcionais, cujos núcleos são, respectivamente, o complementador C e a flexão T/F. Nas próximas unidades do curso estudaremos em detalhes os sintagmas lexicais e funcionais.

Uma *pequena oração* (PO) – *small clause*, no inglês – é, por assim dizer, uma “oração sem verbo”, tal como ocorre em “Eu acho João muito inteligente”, em que a PO “João muito inteligente” é pequena estrutura de predicação, na qual está ausente apenas a flexão verbal.

Você já pode deduzir que não satisfazer a c-seleção de um item provoca a agramaticalidade da construção, conforme se vê a seguir.

(21) *João viu de Maria.

(22) *O aluno colocou o livro a estante.

Essas sentenças são ilegíveis nas interfaces porque, nelas, a c-seleção dos respectivos predicadores foi violada. Perceba que o argumento interno de “ver” foi selecionado como SP e o segundo argumento interno de colocar, como SN. Ora, como falantes naturais do português, sabemos que não são esses os traços de c-seleção inscritos em tais predicadores. Os traços seletoriais corretos de “ver” e “colocar” estão indicados na figura seguinte.

Figura 7.7: Estrutura argumental dos itens “ver” e “colocar”.

Item do léxico	Traços formais
ver	. categoria: V . + predicador estrutura argumental: {SN; SN}
colocar	. categoria: V . + predicador . estrutura argumental: {SN; SN, SP}

Um predicador define, portanto, a categoria exata de seus argumentos. Não deixemos de perceber, porém, que os predicadores também podem selecionar orações inteiras como argumentos. Tal possibilidade é uma consequência da propriedade da recursividade. Uma vez constituída pelo Sistema Computacional, uma oração pode ser selecionada como argumento de um predicador. É o que ocorre na sentença (23).

(23) João viu que o quadro estava torto na parede.

Aqui, o argumento interno de “ver” é toda a oração “que o quadro estava torto na parede”. Logo, na especificação lexical da c-seleção de “ver”, deve constar como argumento interno também a seleção de SCST, ao lado de SN.

A especificação da categoria do(s) argumento(s) de um dado predicador é idiossincrática, isto é, é arbitrária e imprevisível de item a item. Isto quer dizer que os falantes de uma língua conhecem os traços de c-seleção dos itens lexicais tomados individualmente. Por exemplo, vimos que um indivíduo precisa especificar no seu léxico mental que o item “ver” seleciona SN/SC como argumento interno, mas ele precisa de outra especificação separada para o item “beijar”. “Beijar” seleciona somente SN como complemento.

(24) João beijou Maria.

(25) *João beijou que Maria estava em casa.

Vemos, então, que a recursividade da linguagem torna possível que orações inteiras sejam selecionadas como argumento (interno e/ou externo) de certos predicadores. Isso é verdade também para a adjunção. Os adjuntos podem figurar ora como sintagmas simples, ora como orações. O que diferencia argumentos ou adjuntos em forma de orações de argumentos ou adjuntos em forma de sintagmas simples é, tão somente, a complexidade da constituição interna desses elementos. Essa é a diferença entre os chamados *período simples* e *período composto* da gramática escolar. No período simples, argumentos e adjuntos são sintagmas não oracionais (SN, SA, SP). No período composto, argumentos e/ou adjuntos são orações (SC/ST). Não se preocupe com a estrutura sintática do período por enquanto, pois a estudaremos em detalhes na unidade 8 de nosso curso.

É a possibilidade de combinação recursiva entre sintagmas e orações, como argumentos e adjuntos, que faz emergir o uso produtivo da linguagem em nossos discursos cotidianos. Compomos mentalmente os sintagmas e as frases que sustentam o discurso tendo em vista, por um lado, as restrições que os itens lexicais impõem e, por outro, as nossas intenções comunicativas.

Para complementarmos a descrição das exigências de seleção que um predicador impõe a seus argumentos, resta-nos analisar as funções semânticas (ou papéis temáticos) que os argumentos recebem de seus respectivos predicadores. Na verdade, isso já deixa de ser um assunto estritamente relacionado às relações entre o Sistema Computacional e o Léxico e refere-se muito mais aos traços semânticos dos predicadores e suas interpretações nos sistemas de pensamento. Na seção seguinte, exploraremos esse assunto em detalhes.

Papéis temáticos

Uma propriedade notável dos predicadores é a sua capacidade de atribuir valores semânticos a seus argumentos. Quando ouvimos uma sentença como “João viu Maria”, temos a habilidade de interpretar que, nessa frase, “João” é a entidade que experiencia a visão, enquanto “Maria” é o tema visto, o objeto da visão. Esses significados atribuídos aos argumentos são denominados papéis temáticos, às vezes referidos como papéis θ , com a letra grega “theta”.

Você deve notar que a interpretação de experienciador não é imanente ao nome “João”, bem como “Maria” não carrega em si necessariamente a interpretação de tema. Tais significados são associados a esses argumentos por intermédio de seu predicador, levando-se em conta o *status* do argumento como interno ou externo.

Caso o item “Maria” seja selecionado como argumento externo, então seu papel temático será experienciador (e não tema). Caso “João” seja selecionado como argumento interno, então seu papel temático será tema (e não experienciador).

Os papéis temáticos são traços inscritos nas propriedades de seleção de um item lexical predicador. Tais traços são relevantes para a interface conceitual da linguagem humana. Na figura 7.8, apontamos como as informações relativas ao papel temático de seus argumentos estão codificadas nos traços do item lexical “ver”. Na teoria linguística, a expressão *grade temática* refere-se justamente ao conjunto de especificações dos papéis temáticos dos argumentos de um dado predicador.

Figura 7.8: Estrutura argumental e grade temática do item “ver”.



Uma característica interessante dos papéis temáticos é que eles são marcados nos argumentos de maneira *composicional*, isto é, de acordo com a sequência das operações sintáticas que unem, via Merge, o predicador e seus argumentos.

Como já dissemos, predicador e argumento interno estabelecem relação sintática imediata. É nesse Merge que o papel temático de tal argumento é definido, conforme prevem as informações do Léxico. A partir desse momento, o predicador não fará sozinho o Merge com o seu segundo argumento interno ou com o seu argumento externo. Antes, o novo Merge será feito entre o composto do [predicador + argumento interno] e o segundo argumento do predicador, seja ele interno ou externo. Nesse sentido, os traços semânticos do argumento interno são concatenados aos traços semânticos do predicador, e ambos, juntos, associam um papel temático ao argumento externo — ou ao segundo argumento interno, se houver.

É essa composicionalidade que explica a diferença de interpretação temática do argumento externo nas seguintes sentenças (assumindo-se que o predicador é o mesmo nos dois casos).

(26) João tem muitos filhos.

(27) João tem muitas dores.

No caso, “João” pode ser considerado *experienciador* na frase (27), afinal é ele quem tem a experiência de sofrer com as dores, mas o seu papel θ em (26) parece ser outro, talvez o de possuidor. Você concorda?

Em expressões como "João cortou a árvore" *versus* "João cortou o cabelo", vemos que o papel temático de João na primeira frase é "agente" enquanto, na segunda, é "paciente". Isso acontece porque a segunda frase encontra-se na voz verbal média, na qual o sujeito é paciente (como na voz passiva do verbo), apesar da estrutura sintática de voz ativa da frase. Tal fenômeno é derivado da grade temática dos respectivos predicadores e da tipologia sintática da língua portuguesa, mas não resulta imediatamente das informações presentes nos traços lexicais, de modo que não podem ser descritos somente com base no acesso aos traços do Léxico pelo Sistema Computacional.

Nesse momento, com sua curiosidade linguística, você talvez esteja se perguntando: quais são os papéis que podem ser atribuídos aos argumentos na interface conceitual-intencional da linguagem humana? Na verdade, há um grande número deles. Isso, afinal de contas, não é surpreendente, pois tais papéis refletem os diversos tipos de relações semânticas que podem ser estabelecidas entre unidades conceituais. Vejamos a seguir uma lista com alguns papéis temáticos bastante recursivos entre as línguas naturais. Entenda, porém, que essa lista não é exaustiva. Há muitos debates na linguística sobre o total de papéis θ possíveis e sobre a fronteira entre eles.

Tabela 7.2: Lista de alguns papéis temáticos.

Agente	Entidade que causa um evento. [João] chutou a bola.
Experienciador	Entidade que experiencia um evento. [João] ouviu um barulho.
Tema	Entidade objeto de um evento. João viu [Maria].
Paciente	Entidade que sofre um evento. [O marido] apanhou da mulher.
Benefactivo	Entidade beneficiada por um evento. João deu um presente para [Maria].
Locativo	Entidade em que se situa um evento. O aluno colocou o livro na [estante].
Alvo	Entidade em cuja direção ocorre um evento. João jogou as chaves para [Maria].
Origem	Entidade da qual parte um evento. João veio de [casa].
Instrumento	Entidade com a qual se realiza um evento. João abriu a porta com a [chave].

Hierarquia temática

Na linguística, uma generalização descritiva importante, já bastante explorada pelos estudiosos, diz respeito à frequência de distribuição entre o papel temático dos argumentos e o *status* desses como complemento ou especificador de um predicador. Tal generalização é conhecida como *hierarquia temática*.

O conceito de hierarquia temática captura o fato de que, nas línguas naturais, argumentos externos são tipicamente interpretados como agentes ou experienciadores, enquanto o primeiro argumento interno de um predicador é normalmente tema ou paciente do evento descrito na frase. Nos predicadores que possuem três argumentos, o segundo argumento interno recebe tipicamente o valor semântico de benefactivo ou locativo.

A hierarquia temática indica-nos, portanto, o fato empírico de que há uma forte correlação entre a posição sintática de um argumento e o seu respectivo papel temático.

Figura 7.9: A hierarquia temática.



Tal correlação não deve ser tomada como causação. A depender da natureza semântica de um predicador, a hierarquia temática pode não ser aplicada. A hierarquia não se aplica, por exemplo, quando um verbo em particular seleciona apenas um argumento externo e, em razão de seu significado específico, tal argumento vem a ser interpretado como "tema". Nesse caso, teremos esse papel temático sendo atribuído a um especificador, algo que "violaria a hierarquia". Para ilustrar o que acabamos de dizer, imagine o verbo "perder", na frase "O Flamengo perdeu". Nesse caso, o argumento externo do verbo recebe o papel temático de "tema" (mas não de agente ou experienciador), ao contrário do que prevê a hierarquia. A generalização descreve, por conseguinte, uma regularidade e, assim, não deve ser interpretada como um princípio ou uma lei, afinal, estamos descrevendo aspectos conceituais relacionados ao léxico, que já sabemos ser arbitrário.

Tenha essa generalização viva em sua mente, pois ela nos será útil quando começarmos a estudar as diferentes subcategorias verbais – assunto que exploraremos já na próxima seção.

Subcategorias de V

Neste momento, convidamos você a deixar de lado, por um momento, a descrição dos traços do léxico conforme assumimos que estejam representados na mente dos seres humanos. Vamos, nesta seção, focalizar uma questão descritiva e metalinguística. Apresentaremos agora como é possível utilizar os conhecimentos que acumulamos em nossos estudos sobre Léxico para compreender e descrever as diferentes subcategorias dos predicadores verbais. Esse tema lhe deve ser familiar pela sua experiência na escola básica, em que ele é tratado muito superficialmente sob o rótulo “transitividade verbal”.

Uma subcategoria é uma categoria dentro de outra categoria. Assim, considerando que V é uma categoria gramatical, as subcategorias de V dizem respeito às diferentes subclasses de verbos lexicais que existem nas línguas naturais. Subcategorias de V (e “transitividade verbal”) são, dessa forma, o estudo das tipologias verbais conforme o tipo de seleção de argumentos feita pelos predicadores verbais.

Elementos predicadores que possuem a categoria V podem ser agrupados, para efeitos descritivos, em três subcategorias: verbos transitivos, verbos inergativos e verbos inacusativos.

SUBCATEGORIAS DE V:

1. A subclasse dos *transitivos* compreende os predicadores verbais que selecionam argumento externo e um ou dois argumentos internos: { __ V __ } ou { __ V __ __ }.
2. Os *inergativos* são a subcategoria de verbos que selecionam apenas argumento externo: { __ V }.
3. Os *inacusativos* são a subtipo de verbo que seleciona apenas argumento interno: { V __ }.

Os verbos transitivos caracterizam-se como predicadores multiargumentais, já que selecionam um número mínimo de dois e máximo de três argumentos. O clássico termo “transitivo” é motivado pela interpretação semântica de que, tipicamente, o evento descrito pelos verbos dessa subcategoria trespassa do sujeito ao objeto e, também, pela propriedade de o argumento-tema desses verbos transitar entre a função de objeto e de sujeito conforme a voz verbal (ativa ou passiva) configurada numa frase. Vejamos, a seguir, exemplos de verbos transitivos.

- (28) [_{SN} João] viu [_{SN} Maria].
 (29) [_{SC} Correr pela manhã] espanta [_{SN} a preguiça].
 (30) [_{SN} João] viu [_{SC} que o quadro estava torto na parede].
 (31) [_{SN} João] precisa [_{SP} de Maria].

- (32) [_{SN} João] precisa de [_{SC} que lhe deem atenção].
 (33) [_{SN} O aluno] colocou [_{SN} o livro] [_{SP} na estante].
 (34) [_{SN} João] considera [_{PO} Maria inteligente].

Em (28), o item “ver” seleciona um argumento externo SN e um argumento interno também SN. Na nomenclatura escolar clássica, verbos dessa subcategoria recebem o nome *transitivo direto*. Os transitivos diretos podem selecionar também orações como argumento externo ou interno, como demonstram respectivamente as frases (29) e (30). Quando os transitivos selecionam SP como argumento interno, conforme se dá em (31), são denominados *transitivos indiretos*, inclusive quando a esse SP segue-se uma oração, como em (32). O exemplo (33) ilustra verbos transitivos que selecionam dois argumentos internos, um SN e um SP. Um item como da subclasse de “colocar” chama-se *bitransitivo*, ou *ditransitivo* ou, ainda, *transitivo direto e indireto*. Por fim, a seleção de uma pequena oração como argumento interno em (34) insere o verbo transitivo dentro de os denominados *transobjetivos*.

Os verbos inergativos e inacusativos assemelham-se entre si no fato de selecionarem somente um argumento, sendo, portanto, predicadores monoargumentais. A diferença entre eles é, como já descrevemos, que os inergativos selecionam argumento externo, ao passo que os inacusativos selecionam argumento interno. Entenderemos essa distinção analisando o seguinte par de sentenças.

- (35) [_{SN} João] sorriu.
 (36) [_{SN} João] chegou.

Percebemos que ambos os verbos selecionam somente um argumento SN. Tal semelhança, aliada ao fato de que o argumento precede ineiramente o predicador nos dois casos, pode induzir ao erro de compreender tais verbos como pertencentes a uma mesma tipologia. Tal erro é comum e há, a propósito, um nome para ele: intransitividade. É muito comum que verbos inergativos e inacusativos sejam equivocadamente classificados, na descrição linguística, como um tipo único de verbo, o verbo intransitivo. Como evitar esse erro? Uma boa resposta é: aprimorar nossa adequação observacional, isto é, melhorar nossa qualidade de observação dos dados linguísticos manifestados nas diferentes línguas humanas.

Façamos isso. Observemos mais adequadamente algumas ocorrências desses verbos. Essas observações vão indicar-nos o quão simplista e insatisfatória é a classificação “intransitiva” para as subclasses de verbos.

- (37) [_{AGENTE} João] sorriu.
 (38) [_{TEMA} João] chegou.
 (39) *Sorrido o João, a festa começou.
 (40) Chegado o João, a festa começou.

Notamos aqui que o papel temático atribuído ao SN em (37) é o de “agente”. Esse, de acordo com a hierarquia temática, é prototipicamente o papel dos argumentos externos. Já em (38), o papel do SN é “tema”, que é a interpretação semântica normal dos argumentos internos. Além disso, reduzidas de participio do tipo “feito isso”, “começada a aula”, “lido o capítulo” etc. só são licenciadas se o predicador participial for concatenado, via Merge, com o seu argumento interno, e nunca com o seu argumento externo. Percebemos isso na análise dos seguintes pares: “João fez isso”: [feito isso] versus [*feito João]; “João começou a aula”: [começada a aula] versus [*começado o João]; “João leu o capítulo”: [lido o capítulo] versus [*lido o João]. Isso explica a agramaticalidade de (39), oposta ao licenciamento de (40). Em (39), “João” é argumento externo, portanto a reduzida de participio não pode ser formada. Já em (40), “João” é argumento interno e, assim, a reduzida pode ocorrer normalmente. Ora, esses fatos empíricos indicam que o argumento de um predicador como “chegar” assume o status de complemento (argumento interno), levando o verbo a ser caracterizado como inacusativo. Por contraste, o comportamento do argumento do predicador “sorrir” assume as propriedades de especificador (argumento externo), fazendo que o item seja interpretado como inergativo.

Acreditamos que você já tenha compreendido a natureza das três subcategorias verbais existentes nas línguas. Há os verbos transitivos, que possuem dois (ou três) argumentos, e há os verbos inergativos e inacusativos, que possuem um e somente um argumento. Enquanto os inergativos possuem apenas argumento externo, os inacusativos possuem tão somente argumento interno.

No entanto, imaginamos que neste momento uma dúvida ainda paire em sua cabeça: o que os termos “inergativo” e “inacusativo” querem dizer? Afinal, o que é inergatividade? E o que é inacusatividade? Para explicarmos isso, você deverá aprender que as línguas humanas possuem essencialmente duas tipologias na marcação de Caso: línguas nominativas/acusativas e línguas ergativas/absolutivas.

Caso será nosso objeto de estudo detalhado durante a unidade 9 deste curso. Por ora, basta você saber que essa é uma propriedade morfológica presente em muitas línguas naturais. Tal propriedade permite que uma determinada palavra tenha sua função sintática na frase determinada por algum afixo presente em sua morfologia (e não pela posição sintática que a palavra ocupa). O latim clássico é um bom exemplo de língua com Caso. Nessa língua, a frase “Puer puellam amat” (O menino ama a menina) marca o argumento interno do verbo “amat” com o Caso acusativo, expresso pelo morfema “-am” (Puell-am). Enquanto isso, o argumento externo do verbo “amat” é marcado com o Caso nominativo, expresso pelo morfema zero (Puer- \emptyset). Dessa forma, sabemos, por exemplo, que “Puellam” é o argumento interno do verbo independente de sua posição na frase, isso é, a frase poderia ser “Puellam puer amat” ou ter qualquer combinação entre essas três palavras que, ainda assim, significaria que “O menino ama a menina”. Línguas como o português não possuem Caso morfológico. Em línguas como a nossa, dizemos que a marcação de Caso é abstrata, ou seja, é determinada pela ordem das palavras ou pelo contexto discursivo.

Na tipologia nominativo/acusativo, temos línguas como o latim e, de forma muitíssimo reduzida, o português. Nessas línguas, o sujeito recebe uma marca, a de *nominativo*, que se opõe à marca do objeto, o *acusativo*. Notamos isso na língua portuguesa quando usamos certos pronomes.

(41) [_{NOMINATIVO} Eu] [_{ACUSATIVO} os] encontrei na festa.

(42) [_{NOMINATIVO} Eles] [_{ACUSATIVO} me] encontraram na festa.

Em (41), o pronome da primeira pessoa do singular se realiza como “eu” na função do sujeito (argumento externo), e tal é a sua forma “nominativa”. Entretanto, note que, em (42), o mesmo pronome de primeira pessoa do singular assume, na função de objeto (argumento interno), a forma “me”, que é a expressão do Caso “acusativo”. (Talvez aqui você se lembre da nomenclatura escolar, que estranhamente denomina o Caso nominativo como “caso reto” e chama o Caso acusativo de “caso oblíquo”, numa espécie de metáfora geométrica).

Essa mesma análise dá conta da diferença entre os pronomes “os” e “eles”. Na frase (41), o pronome de terceira pessoa do plural é argumento interno do verbo “encontrar” e, assim, recebe Caso “acusativo”, assumindo a forma “os”. Já em (42), esse mesmo pronome é o argumento externo do verbo, fato que leva a sua marcação com o Caso “nominativo”, do que resulta a forma “eles”.

É muito importante você notar que, em português, a marcação do sujeito (argumento externo) como “nominativo” não depende do fato de o seu respectivo predicador selecionar ou não algum complemento (argumento interno). Você pode confirmar isso fazendo o cotejo entre o exemplo (43), em que o predicador é transitivo, com a frase (44), em que o verbo é monoargumental. “Eu” é a forma pronominal do sujeito tanto quando o seu predicador tem complemento quanto quando não tem.

(43) Eu vi João

(44) Eu sorri.

Você entendeu bem a questão? Não é difícil. Em línguas como o português, identifica-se a tipologia nominativo/acusativo. Um fato curioso dessa tipologia é que o Caso nominativo é atribuído ao argumento externo de um predicador verbal independentemente da subcategoria de V. Se o verbo tem dois argumentos, marca-se o argumento externo com o nominativo. E se o verbo só tem um e somente um argumento externo, marca-se esse argumento externo também com o nominativo.

A esse respeito, o comportamento de línguas com o sistema ergativo/absolutivo é diferente. Nelas, estabelecem-se um Caso específico para o argumento externo de um predicador transitivo e outro Caso para o argumento externo de um predicador monoargumental. O basco é um exemplo de língua da tipologia ergativa/absolutiva.

(45) [ABSOLUTIVO Gizona] etorri da.
(O homem chegou)

(46) [ERGATIVO Gizonak] mutila ikusi du.
(O homem viu o menino)

Em basco, o SN “Gizona” (o homem) recebe, em (45), o Caso absoluto (com morfema zero) em virtude de ser o argumento externo do predicator monoargumental “etorri” (chegou). Já em (46), o SN “Gizonak” recebe o Caso ergativo (com o morfema “k”) em razão de ser argumento externo do predicator transitivo “mutila” (viu). Como você pode ver, o basco possui um Caso específico para o argumento externo de verbos que possuem complemento e outro Caso específico para o argumento externo de verbos que não possuem complemento. Se o sujeito (argumento externo) é selecionado por um predicator transitivo, então o seu caso será absoluto, conforme vemos em (46). Mas se o sujeito (argumento externo) é selecionado por um predicator monoargumental, então o seu caso será ergativo, tal como se vê em (45). É esse comportamento que caracteriza o basco como uma língua da tipologia ergativo/absolutivo.

Agora será mais fácil entendermos o que significa “negativo” ou “inergatividade”. Ora, dizemos que um verbo é negativo quando ele não é capaz de marcar o Caso ergativo. Isto é, se um verbo não faz diferença entre o Caso do argumento externo de um predicator transitivo e o Caso do argumento externo de um predicator monoargumental, dizemos então que ele pertence à categoria dos negativos. Você pode verificar isso nos exemplos (43) e (44), que repetimos logo a seguir.

(43) Eu vi João

(44) Eu sorri.

“Er” assume a forma do Caso nominativo tanto quando é argumento externo de “ver” (um verbo transitivo) como quando é argumento externo de “sorri” (um verbo monoargumental). Dessa forma, devemos dizer que a subcategoria de “ver” é transitiva, pois esse verbo possui dois argumentos, enquanto a subcategoria de “sorri” é inergativa, pois ele possui um e somente um argumento externo, o qual recebe o mesmo Caso (nominativo) atribuído aos sujeitos de verbos transitivos.

Se você compreendeu corretamente a nossa explicação, neste momento deve estar se perguntando o seguinte: Ok! Verbos que selecionam apenas argumento externo denominam-se negativos porque não conseguem fazer a marcação do Caso ergativo em seu único argumento. Mas por que os verbos que selecionam apenas argumento interno são denominados inacusativos?

A resposta é a seguinte: um verbo é denominado “inacusativo” quando ele não é capaz de marcar o Caso acusativo em seu argumento interno. Vejamos isso num exemplo.

(45) Ele chegou.

(46) *O chegou.

“Chegar” é um verbo monoargumental que seleciona somente um argumento interno. Você pode confirmar isso ao verificar qual é o papel temático do argumento na frase “A encomenda chegou”. “A encomenda” deve ser interpretado como tema de “chegar” (e não como agente ou experienciador). Ora, ao lembrar-se da hierarquia temática, você concluirá que “a encomenda” deve ser o argumento interno do verbo, pois é esse o tipo de argumento que normalmente recebe tema como papel θ . Você pode até usar o teste da reduzida participial e verificar que ele funciona com essa frase.

O interessante é que, em português, somos obrigados a usar um pronome na forma do Caso nominativo para licenciar o argumento de um verbo como “chegar”. Em (45), “ele” é pronome com o Caso nominativo e, conseqüentemente, a frase é gramatical. Já em (46), usamos um pronome com o Caso acusativo e o resultado é uma agramaticalidade. Ora, isso quer dizer que o verbo “chegar” possui somente um argumento interno, mas não é capaz de marcar-lo com o acusativo. É isso que faz com que esse tipo de verbo seja incluído na subcategoria dos inacusativos.

Preste atenção, pois estamos aqui diante de uma generalização descritiva bastante interessante. Se um verbo possui argumento externo e argumento interno, então ele é capaz de atribuir nominativo ao argumento externo e acusativo ao argumento interno. Entretanto, se o verbo não possui argumento externo, então ele não será capaz de marcar o acusativo em seu argumento interno. Essa é uma observação muito importante na linguística descritiva. Ela é conhecida como *generalização de Burzio*, em homenagem ao linguista que a formulou.

Generalização de Burzio

Todos (e somente) os verbos que podem atribuir papel temático a seu argumento externo são capazes de marcar seu argumento interno com o Caso acusativo (Burzio, 1986: 178).

A inacusatividade verifica-se mesmo em verbos transitivos, somente quando figuram na voz passiva. Lembra-se de que na chamada voz passiva analítica, como se diz nos estudos tradicionais, o argumento interno do verbo é realizado como sujeito. Podemos ver isso no seguinte exemplo.

- (47) Voz ativa: O aluno leu os livros.
 (48) Voz ativa com pronomes: [_{NOMINATIVO} Ele] [_{ACUSATIVO} os] leu.
 (49) Voz passiva: Os livros foram lidos (pelos alunos).
 (50) Voz passiva com pronomes:
 [_{NOMINATIVO} Eles] foram lidos. *versus* * [_{ACUSATIVO} Os] foram lidos.

Como você pode verificar, quando formamos uma voz ativa, o argumento interno recebe o Caso acusativo, tal como ocorre com o pronome “os” em (48). Todavia, quando transformamos uma estrutura ativa em voz passiva, o argumento interno do verbo (objeto) deve ser realizado como sujeito. Agora, mesmo se tratando de um argumento interno, o Caso acusativo não pode ser dado ao sujeito da voz passiva, sob pena de agramaticalidade, conforme vemos em (50). Dizemos que os verbos transitivos se tornam inacusativos quando são submetidos à voz passiva.

Esperamos que esta seção tenha despertado sua curiosidade para a importância da correção de nossa descrição linguística. É claro que certas ferramentas descritivas demandam certo tempo de familiaridade até nos acostumarmos com elas. Essas ferramentas são, na linguística, nossas nomenclaturas e demais expedientes metalinguísticos. Como vimos, esses instrumentos são úteis em nossa busca por compreensão e descrição da estrutura e do funcionamento da linguagem no conjunto arquitetônico da cognição humana. Quando falamos das subcategorias de V, na forma dos verbos transitivos, inergativos e inacusativos, não estamos apenas praticando um exercício acadêmico. Na verdade, estamos descrevendo como nossas mentes lidam com certas categorias gramaticais, distinguindo classes de verbos de acordo com o seu comportamento em relação a seus argumentos.

Para finalizar a unidade, gostaríamos de fazer com você algumas reflexões mais teóricas e gerais sobre a função do Léxico no estudo cognitivo da linguagem humana. Afinal, qual é a relação do que aqui estudamos sobre o Léxico com tudo o que até então vínhamos dizendo sobre a arquitetura da linguagem humana?

O Léxico no estudo cognitivo da linguagem

O objetivo desta unidade foi apresentar a você como o Léxico interage com o Sistema Computacional na dinâmica do funcionamento de uma língua-I. Analisamos tanto os principais tipos de informações que são codificadas no Léxico

quanto a maneira pela qual o Sistema Computacional acessa e computa essas informações no curso da derivação de sintagmas e frases.

Neste momento, é muito importante explicitarmos para você o que o estudo do Léxico tem a ver com pesquisa sobre a cognição humana. Afina de contas, por que razão falar em predicadores, argumentos e adjuntos, estrutura argumental, s-seleção e c-seleção, papéis temáticos e subcategorias de V é falar do funcionamento de nossas mentes?

Em primeiro lugar, é um fato indiscutível que o Léxico corresponde a uma grande fração da cognição linguística humana. Essa grandeza diz respeito não só ao complexo de informações que são carregadas pelos itens lexicais, mas também às relações que o Léxico estabelece com os demais componentes da linguagem e com o restante da cognição humana.

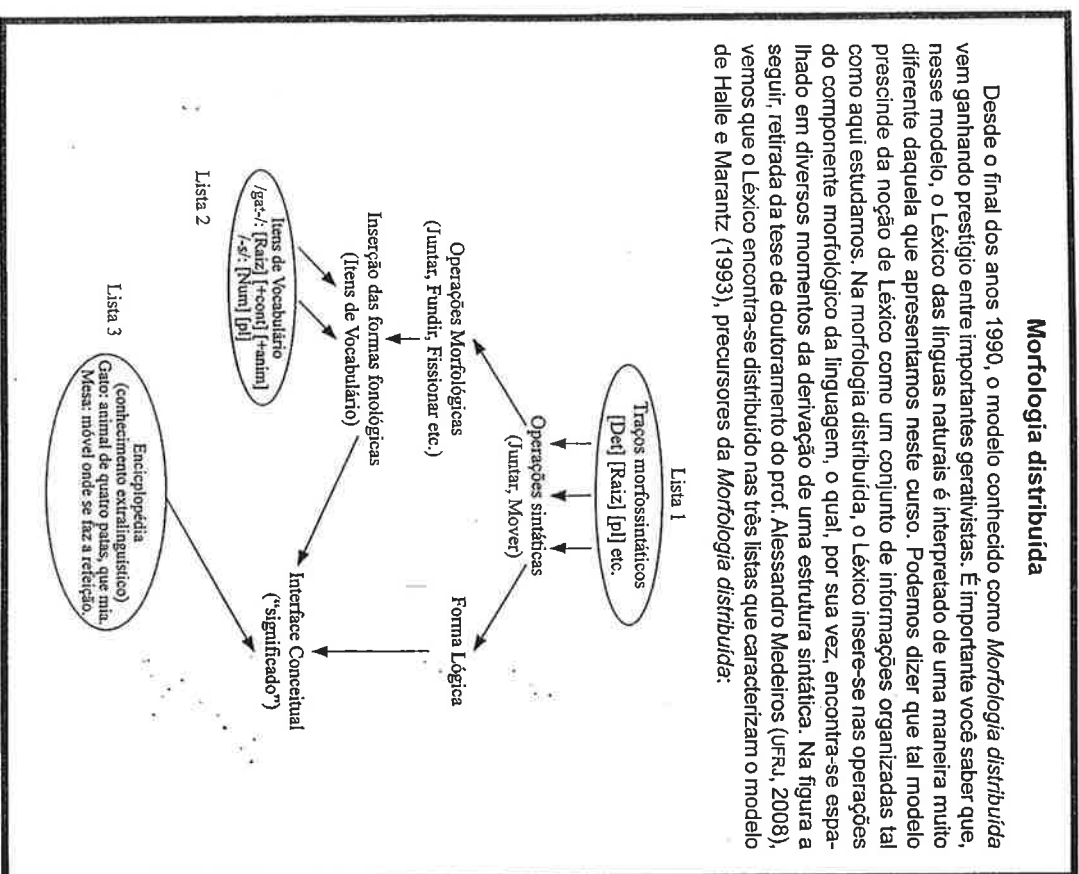
O Léxico possui instâncias de interface com a memória de longo prazo, com os sistemas conceitual-intencional e articulatório-perceptual e com o Sistema Computacional. Dessas interfaces, as relações com o sistema conceitual-intencional são as menos exploradas nas ciências da cognição, em geral, e na linguística, em particular. Superar nossa ignorância nesse respeito é, sem dúvidas, um dos principais compromissos para as próximas décadas.

Se somos hoje relativamente bem informados a respeito de noções como estrutura argumental e grade temática, muitas vezes não estamos plenamente conscientes de que essas categorias são, na verdade, **epifenomenais**. Elas derivam do sistema conceitual-intencional. Se você se desenvolver como um pesquisador na área da linguagem e cognição, certamente se perguntará: Por que tais categorias existem? Como elas refletem a natureza da cognição humana? Essas são questões muito importantes e profundas, que convidam os linguistas a ir além da adequação explanatória, no sentido de Chomsky (2004), isto é, convidam-nos a compreender não apenas “como” a linguagem é, mas “por que” ela é assim.

Um epifenômeno é um subproduto ocasional de um fenômeno maior, sobre o qual não exerce influência e do qual é dependente.

Morfologia distribuída

Desde o final dos anos 1990, o modelo conhecido como *Morfologia distribuída* vem ganhando prestígio entre importantes gerativistas. É importante você saber que, nesse modelo, o Léxico das línguas naturais é interpretado de uma maneira muito diferente daquela que apresentamos neste curso. Podemos dizer que tal modelo prescinde da noção de Léxico como um conjunto de informações organizadas tal como aqui estudamos. Na morfologia distribuída, o Léxico insere-se nas operações do componente morfológico da derivação, o qual, por sua vez, encontra-se espalhado em diversos momentos da derivação de uma estrutura sintática. Na figura a seguir, retirada da tese de doutoramento do prof. Alessandro Medeiros (UFRJ, 2008), vemos que o Léxico encontra-se distribuído nas três listas que caracterizam o modelo de Halle e Marantz (1993), precursores da *Morfologia distribuída*:

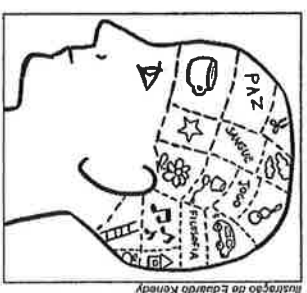


Em segundo lugar, o Léxico é um domínio da cognição a serviço de diversos senhores. É no Léxico que a língua-I, os demais sistemas cognitivos e as contingências da língua-E entrecruzam-se. Os estudos lexicais atuais reconhecem que a competência sobre o Léxico (1) existe na cognição de um indivíduo particular, (2) reflete complexas relações entre valores conceituais e codificação morfos-

sintática e (3) deriva de convenções socioculturais e históricas que elegem tais e quais codificações como relevantes e regulares. Uma compreensão integrada do Léxico no contexto da cognição humana demanda, portanto, a articulação de estudos de língua-I, de cognição não linguística e de língua-E.

Por fim, os linguistas hoje compreendem que as variações existentes entre as línguas humanas e, mesmo, no interior de uma língua específica são completamente instanciadas no Léxico. Assumimos isso ao conceber, tal como aprendemos em unidades anteriores, que todas as línguas comportam um núcleo comum de fenômenos, denominados Princípios, aos quais se complementa uma gama de variações que, ainda que muito numerosas, são limitadas — os Parâmetros. Para a linguística contemporânea, tais Parâmetros não dizem respeito apenas à óbvia arbitrariedade da união entre os traços fonológicos e os traços semânticos de um dado item lexical. Antes, o conceito de Parâmetro faz referência à variabilidade na codificação de certos conceitos nos traços do Léxico e à consequência dessa codificação nas operações do Sistema Computacional. É nesse sentido que o estudo das variações paramétricas nas línguas do mundo é essencialmente o estudo sobre os traços do Léxico. Vejamos o porquê.

Figura 7.10: No Léxico da linguagem humana, língua-I, língua-E e cognição não linguística entrecruzam-se.



Não há dúvidas de que a existência, numa dada língua, de um conjunto particular de morfemas, palavras e expressões idiomáticas é um acidente histórico. É certo que esses elementos linguísticos codificam dados valores conceituais, mas, numa língua específica, nunca codificam todos os valores conceituais possíveis. Isso quer dizer que um dado conjunto de conceitos pode ser eleito como relevante para um determinado grupo de falantes — como, por exemplo, a distinção entre masculino, feminino e neutro, entre animado e não animado, entre singular e plural etc. —, entretanto muitos outros valores podem não ser considerados relevantes ou sequer são aventados numa dada língua.

É natural que os valores conceituais assumidos como relevantes numa língua sejam codificados no Léxico de seus falantes, enquanto os demais se restringem a usos eventuais do discurso ou sejam simplesmente ignorados. Por exemplo, algumas línguas ameríndias possuem traços específicos para nomes que se referem a coisas da natureza. Nessas línguas, produtos criados pela mão do homem possuem traços lexicais diferentes dos produtos “naturais”. Outras línguas possuem traços específicos para nomes que se referem a coisas que podem ser contadas, opostos aos traços de coisas que não são contáveis. Quase nenhum desses traços existe no léxico do português. Mais do que isso, se fôssemos comparar os traços lexicais do português com os das línguas nórdicas, africanas ou asiáticas, ficaríamos assombrados com as diferenças que encontraríamos.

Nesta unidade, vimos que diferentes informações nos traços formais do Léxico disparam diferentes operações no Sistema Computacional da linguagem humana. Dessa forma, você já pode prever que uma língua que inscreva no Léxico traços relativos à expressão do Caso morfológico apresentará comportamento sintático diferente do de línguas em cujo Léxico não existam tais especificações. Compare, por exemplo, o latim e o inglês. Uma língua que inscreva no Léxico traços formais relativos à expressão do número, do gênero, da pessoa etc. apresentará fenômenos de concordância que línguas sem essas especificações desconhecem. Compare, por exemplo, o fenômeno da concordância no português e no inglês, ou no português padrão e nas modalidades não padrão de nossa língua. As comparações podem seguir indefinidamente: certos traços do Léxico desencadeiam certos fenômenos morfossintáticos, de língua a língua, de dialeto a dialeto, de modalidade a modalidade.

Ora, se entendermos que o Sistema Computacional funciona a partir dos traços lexicais e se compreendemos que esses traços codificam arbitrariamente certos valores conceituais, poderemos apontar onde se encontram os parâmetros da variação da linguagem humana: no Léxico.

Conclusão

Aprendemos nesta unidade que o Léxico de uma língua natural comporta boa parte das informações que são representadas nos sintagmas e nas frases que estruturam os nossos discursos cotidianos. Nossa criatividade linguística diária decorre justamente de nossas escolhas lexicais, de nossas decisões sobre com quais expressões vamos satisfazer os traços dos predicadores lexicais que escolhemos e de nossas motivações para incluir nas frases os adjuntos que desejamos. Interessantemente, toda essa complexa cascata de escolhas sobre escolhas ocorre

silenciosamente, no interior de nossas mentes. Não temos consciência delas, pois estamos concentrados no que queremos dizer, no que queremos provocar no mundo com o que dizemos. O papel da linguística é exatamente revelar os segredos ocultos na estrutura e no funcionamento de nossa cognição linguística. Aprendemos a identificar os traços fonológicos, semânticos e formais (sintáticos) de um item lexical. Especialmente com os traços formais, aprendemos a identificar os traços de seleção, configurando uma intrincada rede de relações sintático-semânticas, como a estrutura argumental e a grade temática. Sabemos agora distinguir argumentos internos e argumentos externos, além de identificar corretamente as subcategorias de V. Com esses conhecimentos, podemos agora analisar o funcionamento do Sistema Computacional da linguagem humana.

Exercícios

- 1) O que e quais são os traços inscritos nos itens lexicais?
- 2) O que são traços formais de “categoria” e de “seleção” dos itens lexicais?
- 3) Quais são as principais categorias lexicais do português?
- 4) Qual é a relação existente entre argumento(s) e predicador?
- 5) Explique a razão por que a construção *“Paulo pegou”, proferida fora de contexto discursivo, está condenada à agramaticalidade.
- 6) Qual é a estrutura argumental dos itens “correr”, “invasão” e “favorável”?
- 7) Analise o seguinte diálogo.
Locutor A: Onde você deixou as chaves?
Locutor B: Deixei sobre a mesa ontem.
Resposta: Qual é predicador das frases de A e de B? Quantos argumentos possuem, esses predicadores? Na frase B, é correto dizer que “ontem” é um argumento? Justifique.
- 8) Qual é a estrutura argumental do item “chegar”?
- 9) Descreva a grade temática dos itens “colocar” e “consciente”.
- 10) Identifique as subcategorias dos seguintes predicadores “acabar”, “ouvir” e “morrer”. Justifique sua resposta.

Sintaxe e computações sintáticas

Ao ouvir falar em “sintaxe”, talvez você se recorde das aulas de língua portuguesa nos tempos de sua Educação Básica. Nas escolas brasileiras, “sintaxe” é quase sempre sinônimo de “análise sintática” – aquela tarefa de identificar e classificar a função sintática dos termos da oração e do período (funções como “sujeito”, “objeto direto”, “oração subordinada substantiva completiva nominal” etc.), que, às vezes, tanto inquieta os estudantes. Esperamos que esse tipo de conteúdo gramatical explícito seja familiar para você, mas, caso não seja, não há grande problema. Na verdade, a noção de sintaxe que vamos apresentar e detalhar nesta e na próxima unidade de nosso curso é muito diferente de tudo aquilo que tradicionalmente se ensina na escola. Vamos aprender a identificar na sintaxe o Sistema Computacional da linguagem humana, isto é, pensaremos a sintaxe como o conjunto das operações cognitivas que geram representações sintáticas complexas, como sintagmas e frases. Particularmente, acreditamos que os conteúdos desta unidade ajudarão você a compreender melhor os fundamentos da análise sintática escolar.

Já aprendemos, neste curso, que uma grande porção do conhecimento linguístico humano diz respeito ao Léxico e às computações lexicais. Com efeito, quando somos capazes de produzir e compreender a linguagem, sabemos, dentre outras coisas, evocar e reconhecer palavras, identificar o significado associado a um determinado significante num dado item lexical, sabemos prever certos itens que, numa frase, deverão ser associados a outros e, por fim, conhecemos uma longa e complexa rede de relações semântico-sintáticas entre predicadores e argumentos. Não obstante, todo esse vasto conhecimento é apenas uma fração de tudo o que sabemos sobre a língua natural que adquirimos em tenra infância. O grande conjunto da competência linguística humana engloba também a fonologia, a morfologia, a sintaxe, a semântica, a pragmática e o discurso.

O componente da linguagem que mais vem ocupando a atenção da linguística gerativa nos últimos 50 anos é indubitavelmente a *sintaxe*. Essa preferência não é aleatória. Ela justifica-se, de acordo com Chomsky, pelo fato de a sintaxe funcionar como o componente central da cognição linguística humana. Na interpretação